

# O protagonismo da CNTE frente à organização dos/as trabalhadores/as da educação básica e sua luta pelo direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade, socialmente referenciada e pela valorização dos/as profissionais da educação

HELENO GOMES ARAÚJO FILHO

Presidente da CNTE

GILMAR SOARES FERREIRA

Secretário de Assuntos Educacionais

**A** democracia e o Estado de Direito vêm sendo duramente atacados pela elite do dinheiro no Brasil, mais especialmente após o Golpe, que, no ano 2016, apeou do poder a primeira mulher presidenta da República no Brasil, Dilma Rousseff. É um ataque direto e certo, justamente num período em que a sociedade exigia a ampliação das ações de Estado para a implementação do Direito à Educação através do Planejamento decenal, do PNE, como exigência da EC 59/2009, que, dentre outras medidas, ampliou a escolaridade básica para 04 a 17 anos e instituiu a exigência de vincular um percentual do PIB para ser investido na educação ao longo de 10 anos e que, na Lei n. 13.005 de 2014 (PNE 2014-2024), determina o percentual de 10% do PIB.

Estamos vivendo momentos de grandes investidas do capitalismo baseado no rentismo para se apoderar dos recursos públicos, via engessamento dos orçamentos públicos em todos os níveis federativos, seja da União, dos estados e dos municípios. Sucede a este interesse um conjunto de ações políticas, ideológicas, midiáticas e judiciais que atacam os princípios educacionais amparados pela Constituição Federal de 1988. A ação predatória da elite do dinheiro visa a diretamente impedir que governos assentados sobre políticas sociais, em especial relacionadas à educação, possam atacar a brutal concentração de renda que impera no Brasil ao longo de séculos.

A disputa entre dois projetos de economia, de educação, de sociedade e de política manifesta-se diretamente nas políticas educacionais. De um lado, os capitalistas rentistas que buscam sangrar o País de todos os seus recursos, sem se importar com a maioria da população e com os serviços de que ela necessita. Do outro lado, aqueles que pensam um mundo mais justo e democrático. A CNTE encontra-se aqui, de mãos dadas com aqueles que, de fato, constroem o Brasil no dia a dia, em especial os/as educadores/as

que convivem na escola pelo menos quatro horas por dia com as crianças, com os jovens e com os adultos. Profissionais que, mesmo nas dificuldades, na ausência das condições mínimas de trabalho e na desvalorização de seu salário, resistem, insistem, não desistem e sabem que têm que se desdobrar para oferecer um mínimo de alento à maioria da população, cujos filhos e filhas estudam na escola pública.

Foi na Constituição Federal de 1988 que a maioria da população expressou seu desejo de um mundo melhor e mais humano e uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. Para isto previu a implementação de políticas públicas com base em princípios que são basilares da condição humana, *Res-publica* e Democracia na Constituição da Nação. Mas a tradição de um regime colonialista e escravocrata e uma República cambaleante sempre atuaram para retardar as políticas que afirmam os direitos do povo.

A CNTE sempre se apresentou para o combate ao projeto rentista ao defender a educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. Foram muitas e intensas mobilizações desde os tempos do pré-golpe, que antecedeu 2016, uma vez que, por dentro dos governos democráticos e populares, os empresários sempre agiram de forma articulada para se apropriarem dos recursos públicos da educação pela via da privatização.

Nos dias 15, 16 e 17 de março de 2016, a CNTE convocou uma greve geral na educação com o lema “Não à perda de Direitos na Educação”, em que a luta foi:

- » Pelo cumprimento da Lei do Piso
- » Contra a terceirização
- » Contra a entrega de escolas às organizações sociais privadas
- » Contra o Parcelamento de Salários
- » Contra a Militarização de Escolas Públicas
- » Contra as políticas de reorganização das escolas (fechamento de turmas)

Com o golpe instalado em 2016, de imediato, o presidente impostor, com a orientação do golpista que ocupou o Ministério da Educação, promoveu, via Medida Provisória (MP), a *Reforma do Ensino Médio* e, na sequência, impôs a Emenda Constitucional 95 (EC n. 95/2016), que congelou os investimentos públicos por 20 anos. O final de 2016 já sinalizava que o Governo impostor de Michel Temer as aprofundaria com a aplicação de outras reformas. A Direção Executiva da CNTE, a partir das análises de conjuntura feitas pela direção e pelo Conselho Nacional de Entidades, que sempre se ocupou de apontar as estratégias de mobilização para a defesa dos direitos, indicou a necessidade de convocação de uma greve geral na educação com possibilidade de alcançar toda a categoria, em todos os sistemas de ensino: federal, estadual/distrital e municipal.

De 12 a 15 de janeiro de 2017, a CNTE realizou o histórico Congresso Nacional de número 34º cujo tema foi “Paulo Freire: Educação Pública, Democracia e Resistência”,

com a participação do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, e de mais de dois mil participantes, que ficou sem cobertura decente por parte da imprensa. Lula foi o presidente que promoveu mais investimento na educação pública, ampliando o acesso à escola, nos institutos de formação profissional e nas universidades, além de encaminhar políticas de valorização para os/as profissionais da educação no Brasil. Isso foi um sinal de que os direitos da classe trabalhadora seriam atacados, ao mesmo tempo em que o Golpe, apoiado pelas elites, buscava isolar de sua base de apoio a figura do ex-presidente.

Os debates sobre a conjuntura, que vinham acontecendo desde 2016, apontavam para a necessária construção da greve geral na educação. O congresso aprovou um calendário de luta que incluía a participação de todos no dia internacional da mulher (8 de março), como preparação para a greve nacional na educação, programada para o dia 15 de março, rumando à greve geral a 28 de abril de 2017, em que os esforços seguiriam na busca de adesão de toda a classe trabalhadora. Para além da greve geral, em 2017, foram intensas as mobilizações, como o combate ao Projeto Escola sem Partido, no mês de fevereiro; um grandioso 08 de março, Dia Internacional da Mulher; um dia 15 de março com manifestações e atos por todo o Brasil; a Semana Nacional em Defesa e Promoção da Escola Pública sob o lema *Democrática e Crítica: a Escola Pública Não Está à Venda*; e, no dia 28/04/2017, uma das maiores greves gerais já realizadas no País. Também foi realizado no período, em Belo Horizonte/MG, o IV Encontro Pedagógico Latino Americano, promovido pela Internacional da Educação para América Latina (IEAL), como um importante espaço de defesa da educação pública de qualidade, integrando os preparativos rumo ao centenário de nascimento do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, que será comemorado em 19 de setembro de 2021, na cidade do Recife/PE.

Novas greves e mobilizações foram desencadeadas a partir da Greve Geral de 28 de abril de 2017, todas elas pautadas contra a Reforma da Previdência do impostor e golpista Michel Temer. No mês de maio, a Marcha Nacional da Classe Trabalhadora ocupou a capital Brasília.

Entre as mobilizações, a direção da CNTE reuniu, em junho de 2017, o Conselho Nacional de Entidades (CNE) para planejar as próximas lutas, ao mesmo tempo em que realizou o Seminário sobre Mercantilização da Educação, em que desenvolveu, em parceria com a Universidade Federal de Brasília (UnB), uma pesquisa para demonstrar a disputa dos orçamentos públicos pela iniciativa privada, por dentro dos governos. Também aconteceram eventos para instituir as primeiras avaliações da execução das metas do PNE, em que o governo golpista de Michel Temer foi denunciado por não implantar as políticas necessárias ao atendimento das metas do PNE.

No aprofundamento do Golpe, o ministro golpista da educação Mendonça Filho intervém no Fórum Nacional de Educação (FNE), retirando de sua composição a participação das entidades sindicais, acadêmicas e dos movimentos sociais. A ação do ministro golpista visava afastar os atores contrários às políticas de privatização do governo. A

direção da CNTE, então, resolveu sair do Fórum e propôs a criação de um Fórum de resistência e contraponto ao FNE golpista junto com as demais entidades do campo educacional, social e estudantil.

A partir do rompimento das entidades de luta com o FNE, foi criado o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), onde a resistência ao golpe em curso foi materializada, trazendo novos horizontes de luta por direitos na educação, através da mobilização e realização da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape 2018), com etapas municipais/regionais/estaduais e distrital, em 2017, e a etapa nacional, em maio de 2018, em Belo Horizonte/MG. A plenária final da Conape 2018 aprovou um plano de lutas em defesa da educação pública e uma carta manifesto ao povo brasileiro. Para manter a resistência, afirmar que não desistiremos da escola e da universidade públicas e discutir com a população propostas/projetos que garantam o direito à educação com qualidade social e valorização dos/as seus/suas profissionais, criamos o “FNPE em Movimento”, que promoverá em 2020 a primeira edição do Fórum Regional de Educação, quando pretendemos realizar seis encontros nas cinco regiões do Brasil

Agosto de 2017 figurou no cenário nacional da luta por educação contra a violência praticada a uma professora de Santa Catarina, em que se acirrou o conflito contra o projeto de lei Escola Sem Partido. Nesse período já era explícito o avanço dos setores interessados em calar os/as educadores/as em sala de aula, de forma a não haver críticas ou qualquer confrontação ao Golpe político, jurídico, midiático e econômico em curso.

Para a CNTE, a luta pelo direito à educação carece de ampliação para além das fronteiras nacionais. Por isso, além de entidade filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT-BRASIL), somos filiados à Internacional da Educação (IE) e, junto com a Internacional de Educação para América Latina (IEAL), participamos da Jornada de Luta Latino Americana pela Democracia e Soberania dos Povos, editando no Brasil, em outubro de 2017, o Dia de Luta por Soberania Nacional e Defesa dos Royalties do Pré-Sal para a Educação Pública.

Deliberamos, ainda, participar de todas as mobilizações convocadas pela CUT. Estivemos presente de forma ativa em todas as mobilizações/paralisações contra as reformas trabalhista e previdenciária, enviadas ao Congresso Nacional pelo governo golpista de Michel Temer. Conseguimos, então, barrar a reforma da previdência, mas infelizmente fomos derrotados/as com a aprovação da reforma trabalhista, que foi prometida pelos golpistas como forma de gerar mais empregos. Dois anos depois de sua aprovação, amargamos uma taxa de desemprego no terceiro trimestre de 2019 de 11,8% (são 12,5 milhões de compatriotas sem emprego e renda). Sempre é bom lembrar que em 2014 (último ano do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff), a taxa de desemprego foi de 4,3%, a menor da série histórica (IBGE, 2014), mais uma prova de que o que aconteceu em 2016 no Brasil, foi Golpe! Golpe contra a democracia, Golpe contra uma mulher reeleita presidenta do Brasil, Golpe contra os direitos da classe trabalhadora, Golpe contra o direito à educação pública, da creche à pós-graduação, com mais recursos por parte da União.

As disputas eleitorais, tendo em vista as eleições gerais de 2018, já afloravam no final de 2017, sendo que as elites nacionais, apoiadas pelo capitalismo rentista, buscavam incessantemente pavimentar o caminho para que a direita voltasse ao poder a partir de 2018. Assim, em novembro de 2017, a CNTE reuniu o Conselho Nacional de Entidade para uma avaliação do cenário e apontou para um Calendário de Luta com diversas mobilizações em 2018.

O ano de 2018 foi o das eleições gerais. O golpe instituído pelas forças conservadoras e de direita – incapazes de vencer nas últimas quatro eleições a coalização democrática e popular – aposta no cenário de terra arrasada, com um presidente impostor submetendo o País à triste realidade de favorecer os empresários pelo programa intitulado *Uma Ponte para o Futuro*. Seguiu-se um ano de muitas mobilizações e resistência da classe trabalhadora, em especial na educação, contra as reformas que o Governo tentava aprovar, como a da previdência, que, inicialmente, obrigaria um servidor ou servidora a trabalhar 49 anos para se aposentar com a média salarial de suas contribuições, o que seria uma tragédia na vida da maioria da população.

Incapaz de aprová-la, o Governo golpista elege outra tática e propõe a reforma trabalhista, que vai afetar diretamente os/as trabalhadores/as e favorecerá, com a flexibilização das leis, a elite do dinheiro, retirando direitos da classe trabalhadora e dificultando o nosso acesso à justiça do trabalho.

É central apontar, aqui, a ação desavergonhada do Governo Michel Temer, que barganhou apoios com setores do Congresso Nacional via liberação de emendas para a votação das matérias que prejudicaram grandemente os/as trabalhadores/as. O mesmo Congresso que, de forma sorrateira em sua maioria, amealhou votos para o impedimento da presidenta legitimamente eleita, Dilma Rouseff.

No Ministério da Educação, a política educacional vai sendo paulatinamente esvaziada. A linha é de desmonte da educação pública e favorecimento da iniciativa privada, a exemplo da aprovação da reforma do ensino médio, que flexibiliza a implementação do currículo para a formação dos estudantes.

Foram muitos e diversos os ataques em 2018, inclusive pela maior rede de TV do País. Na ânsia de pavimentar o caminho da privatização da educação pública, a investida da Rede Globo de Televisão, em cena de uma de suas novelas, foi uma vergonha. Em nota a CNTE assim se manifestou: “Em capítulo exibido no último dia 01 de setembro, a novela global “O Tempo Não Para”, que ocupa a grade de programação da emissora no horário das 19h, personagens da trama travam um diálogo que sugere, explicitamente, que a culpa e responsabilidade da atual situação da educação pública brasileira é do direito de greve do/a trabalhador/a e de sua forma de contratação por meio de concursos públicos. Esse aparente inocente diálogo em uma obra de ficção escamoteia a intenção tácita de uma emissora de televisão que, acostumada a manipular a opinião pública, parece não ter se dado conta de que seu poder de outrora, nesse campo da construção das ideias no Brasil, está cada vez mais comprometido e muito mitigado. A sociedade brasileira já

identifica na Rede Globo um mal que precisa ser regulado porque trata-se, sobretudo, de uma concessão pública e à sociedade deve servir”.<sup>1</sup>

O ano de 2018, entretanto, entrou para a história, porque trouxe à superfície o pensamento mais obscurantista e segregador, antipolítico e empresarial de muitas autoridades brasileiras. Desde representantes do Poder Judiciário até gestores de escolas atuaram para impedir a formação do pensamento crítico diante dos projetos políticos que disputavam as eleições. O golpe ganharia proporções de pensamento único a favorecer apenas um lado, aquele que se coadunava com a privatização geral e irrestrita do patrimônio público e natural do País.

Exemplo crasso dessa interdição foi a apreensão de jornais em sindicatos, como relatado em nota pública pela CNTE: “O ataque ao jornal Brasil de Fato escancara a partidarização de expressivos setores de nosso Poder Judiciário. O referido jornal é referência de um jornalismo comprometido com as causas sociais e populares de nosso país e, ao contrário da grande imprensa, nunca escondeu a sua linha editorial em mais de 15 anos de sua história. A perseguição à imprensa alternativa perpetrada por este juiz representa uma censura ao pensamento livre e à liberdade de expressão preconizados em nossa Constituição, tão vilipendiada nos últimos tempos”.

A CNTE foi atacada pela candidatura da Coligação de Bolsonaro com uma ação na Justiça Eleitoral contra o Jornal Mural “CNTE NOTÍCIAS”, que pautou o programa educacional dos projetos em disputa nas eleições de 2018. Mais uma tentativa de nos calar. Eles foram derrotados na Justiça Eleitoral. Ganhamos e não vão nos calar jamais!

O ano de 2018 ficou marcado pelo grande retrocesso, em que a direita golpista não conseguiu restabelecer o poder com a eleição de seu candidato à Presidência como havia pretendido. Capitaneada pelo PSDB, que criou as condições para o golpismo no Brasil, e com a derrota de seu candidato, o setor conservador desembarcou no apoio à candidatura de Jair Bolsonaro, de ultradireita, que apresenta o projeto de “entreguismo” inédito aos EUA.

A direita contentou-se em ver o juiz da ação de combate à corrupção denominada Lava Jato a pegar uma “boquinha” como ministro da Justiça no Governo de Ultradireita. Chamou a atenção o fato de que essa candidatura teve sucesso mediante uma indústria de falsas notícias e com a injeção de recursos não contabilizados na campanha eleitoral. Meses depois, toda a operação Lava Jato seria desvelada pelo norte americano, radicado no Rio de Janeiro desde 2005, Glenn Edward Greenwald, escritor, advogado especialista em direito constitucional dos Estados Unidos e jornalista do The Intercept Brasil, como uma manobra para prender o então presidenciável Luís Inácio Lula da Silva e impedir sua candidatura à Presidência.

Contra a educação, o Governo Golpista de Michel Temer, mesmo após o clima de “fim de feira”, assegurou as condições para o aprofundamento da flexibilização curricular no ensino médio no Brasil. Na calada da noite, o CNE aprovou, e o ministro da Educação sancionou a BNCC do Ensino Médio, que ratificaria a negação curricular prevista

na Reforma do Ensino Médio de 2017, regulamentando a retirada da obrigação estatal de ofertar todos os itinerários formativos aos/as estudantes e os/as expondo a grandes sacrifícios para buscar sua formação integral na esfera pública e/ou os/as expõem à iniciativa privada.

Fato é que, para além do clima de perseguição ideológica ignorada pelas maiores autoridades, o porvir abriria um flanco na história do País para o aprofundamento das mazelas do “novo” velho governo da elite do dinheiro. É o que veremos na descrição das lutas da categoria em 2019.

As eleições gerais de 2018 consagraram nas urnas a candidatura de extrema direita com um programa de destruição das garantias e conquistas da Constituição de 1988. Já nos primeiros dias e diante das primeiras medidas adotadas, a CNTE se manifestou em Nota Pública da seguinte forma: “as primeiras medidas do governo federal sob a chefia do presidente Jair Messias Bolsonaro, eleito em outubro de 2018 na sequência do golpe político-jurídico-midiático instituído no país em 2016, preocupam a todos/as que militam em diferentes áreas sociais e que confiam ao Estado o compromisso de instituir e regular políticas públicas para promover o desenvolvimento com inclusão e igualdade social e com sustentabilidade ambiental”.

A preocupação da direção da CNTE era o teor das medidas adotadas de início, as quais “se mostram anacrônicas ao remontarem privilégios históricos de setores abastados, a exemplo da extinção do Ministério do Trabalho e Emprego, com claro propósito de avançar na desregulamentação dos direitos trabalhistas em benefício dos patrões, podendo a situação ficar ainda mais caótica, caso se confirme a intenção governamental de propor o fim da Justiça do Trabalho”.

Isso foi apenas o começo de uma agenda de destruição, desde o início de 2019, que levou a CNTE a assumir novamente o protagonismo da resistência e luta, ao convocar, para o dia 15 de maio, nova greve geral na educação.

O ambiente que se instalou com o Governo e suas drásticas medidas despertou a necessidade de convocação dos/as trabalhadores/as em educação para mobilizar a sociedade a fazer movimento para assegurar direitos já conquistados. Embora houvesse o receio de pouca participação no movimento de paralisação, o anúncio de cortes em verbas da educação, especialmente no ensino superior, promoveu a adesão imediata dos estudantes à paralisação nacional e abriu caminho para a convocação de novas paralisações e greves gerais.

Assim, o dia 15 de maio foi uma espécie de aquecimento dos movimentos sociais, de estudantes, de entidades de luta pelo ensino superior, duramente atacado com os cortes no orçamento da educação. Outras datas, como 30M, 14J, 13A foram dias de paralisações/mobilizações unificadas com as centrais sindicais. Fomos capazes de realizar movimentos de grande expressão, com a realização de atos públicos, panfletagens, audiências públicas e outras atividades, inclusive com paralisação de escolas que haviam sido militarizadas.

Pelo País, pelos estados e nos municípios, as lutas na educação se intensificaram, uma vez que vários governos estaduais apresentaram em janeiro os “pacotes da maldade”, com projetos de leis que aprofundaram a falta de investimentos sociais e congelaram o piso salarial e as carreiras de diversas categorias, o que gerou enfrentamentos, mobilizações e ocupações de assembleias legislativas por parte dos servidores, a exemplo de Mato Grosso e Bahia.

Duras greves aconteceram nas redes estaduais, como a do Amazonas, Amapá e Mato Grosso, com ameaças de prisão de dirigentes dos sindicatos, além das pesadas multas e violência policial contra educadores. No caso de Mato Grosso, foi uma greve de 75 dias, com corte de salário. O esforço da categoria impediu que a lei da dobra do poder de compra dos salários fosse anulada pelo governador, embora os salários tenham sido congelados.

O Rio Grande do Sul conviveu e convive com atrasos de salários há mais de quatro anos e com ataques à carreira profissional, o que levou a categoria a realizar uma espetacular greve em novembro e dezembro de 2019. O mesmo aconteceu em Sergipe, Paraná e São Paulo. O poder público age com naturalidade nestes tempos obscurantistas, uma vez que a voz dos servidores é silenciada em todos os espaços de poder, inclusive no Judiciário, como, por exemplo, no STF, que legitima congelamentos e parcelamentos de salários, ferindo direitos consagrados na Constituição Federal, tais como a gestão democrática, favorecendo velhas relações de indicação política para a direção das escolas públicas.

Nas redes municipais, houve muitas mobilizações para forçar os executivos a implementar o piso salarial dos servidores. Tanto as redes estaduais quanto as municipais atuam em conjunto e de forma orquestrada para retirar direitos previstos nos planos de carreira dos profissionais da educação, a exemplo da retirada dos funcionários de escola dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários, submetendo os profissionais da educação, por vezes, a permanecer no PCCS dos servidores gerais dos municípios, um desrespeito à EC 53/2006, que criou o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb - Lei 11.494/2007).

Também nas redes municipais nos estados que receberam complementação do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundef) a luta é para que os precatórios sejam pagos, respeitando os critérios de distribuição do fundo, que é repassar 60% para pagamento de salário dos/as professores/as e contemplando os/as funcionários/as técnicos nos demais 40%. A questão, envolvida em muitas controvérsias e disputas, está judicializada, sem perspectiva de solução em curto prazo. A CNTE mantém um forte processo de mobilização, junto com as entidades das regiões Norte e Nordeste, para fazer valer a lei, garantindo a aplicação dos recursos aos salários dos/as profissionais da educação. Nenhum direito a menos é o nosso mote!

Seguindo a linha de aprofundar a luta contra a reforma da previdência, trabalhadores/as de diversas categorias atenderam ao chamado das centrais sindicais que, de forma unificada, convocaram uma greve geral para o dia 14 de junho de 2019. Além da

luta contra a reforma da previdência e contra os cortes e contingenciamento na educação, também fizeram parte das reivindicações a geração de empregos formais, a retomada do crescimento da economia e até um desagravo ao ministro da Justiça, Sergio Moro.

No flagelo do Governo Bolsonaro, o sentimento é de que uma Caixa de Pandora foi aberta, trazendo à tona todos os males e sentimentos obscurantistas com base no neoliberalismo e no neofascismo que vem sendo implantado pelos agentes do novo governo, que se dividem, segundo Silvio Almeida (FGV), em três núcleos: 1. O ideológico-diversionista; 2. O policial-jurídico-militar, e 3. O núcleo econômico. Neste caso, os direitos trabalhistas, a previdência, a assistência social, a saúde e a educação pública e gratuita terão fim. As reformas servirão para aprofundar o Estado empresarial, com forte característica de exportador de commodities, submetido à relação bilateral com os EUA.

A proposta de reforma da previdência anunciada por Bolsonaro vai impor o confisco e outros graves prejuízos a trabalhadores/as, aposentados/as e pensionistas, especialmente às mulheres e professores/as. Lutar contra a reforma da previdência teve como caminho a realização das greves gerais, que contou com o protagonismo da CNTE, até por ser uma categoria profissional composta por 82% de mulheres. As professoras foram duramente atacadas com a aprovação da reforma da previdência, pois passaram a ter que trabalhar mais tempo e sofreram uma redução dos proventos no momento em que conquistarem os critérios que garantam o direito à aposentadoria.

Agravaram-se no País as ações de violência, com sentimento de impotência ante a barbárie na escola de Suzano/SP, que foi atacada por dois estudantes com arma de fogo e branca, levando a óbito estudantes e trabalhadores/as em educação. A morte de um professor por estudante em Valparaíso de Goiás destroça nossos corações e aponta para a virulência do discurso belicista do Governo Bolsonaro. Ataque de faca a professor em sala de aula no Paraná, proferido por um dos seus estudantes, nos impõe questionar sobre o modelo de sociedade que estamos a construir. Líderes indígenas foram assassinados. Na educação, continuaram as investidas do Governo Federal para anular o Plano Nacional de Educação, quando se negou a regulamentar e implementar o Custo-Aluno Qualidade. O governo anuncia a escola militarizada como projeto em larga escala que mitiga a democracia e mascara a falta de investimentos nas escolas, enquanto o ministro da Educação, Abrahan Weintraub, aplica medidas que aprofundam as políticas de mercantilização e privatização da educação pública.

Infelizmente, um governo eleito com base nas *fake news* se mostrou hegemônico, mesmo com medidas anti-povo. Tal alienação só é possível pelo silenciamento dos meios de comunicação, que têm grandes interesses na aprovação da reforma da previdência por favorecer o mercado com a elevação dos fundos de previdência privados. Submetido aos interesses do mercado, o Governo Bolsonaro, mesmo envolvido em escândalos com milícias, não hesitou em propor a destruição dos servidores e serviços públicos e do papel do Estado. Para além da reforma da previdência, outras reformas foram enviadas ao Congresso Nacional

no final de 2019, a exemplo da PEC 186, apelidada como PEC da emergência fiscal, a PEC 187, dos fundos públicos, a PEC 188, do pacto federativo, todas com o objetivo de quebrar as barreiras de sustentação do serviço público de qualidade para a população.

No caso da educação, o governo trata de ignorar, anular o MEC e suas instituições e o PNE, mas abre as portas para a privatização do ensino, repassando-o para as ong e fundações, prevendo, inclusive, o aluguel de espaços ociosos em universidades particulares, ao mesmo tempo em que abre consulta para a terceirização da educação infantil. Intensifica ações para abrir caminho à política de *vauchers*, militarização de escolas e aprovação em lei da chamada educação doméstica, a *homeschooling*.

Como não poderia deixar de ser, o Governo vai fechar o ano de 2019 com várias iniciativas de reformas que seguem na linha da destruição do Estado, o que leva a CNTE novamente a propor e liderar a construção de um calendário de luta nacional. Não podemos perder um minuto sequer de oportunidade para conversar com o povo, mobilizar nossa base, realizar campanhas e ocupar as ruas, as praças e outros locais públicos, com o objetivo de realizar grandes mobilizações sociais.

Em defesa do povo, em defesa do Brasil, das suas riquezas naturais, do seu patrimônio público, dos serviços públicos, da educação pública, pela aprovação de um novo Fundeb, com mais recursos por parte da União, tendo como referência de financiamento o Custo-Aluno Qualidade (CAQ), que contemple o piso salarial profissional nacional para o conjunto dos/as profissionais da educação, em uma carreira profissional unificada, conforme determina a Constituição Federal e a Lei do Plano Nacional de Educação, convocamos todas e todos para ocuparem as ruas e praças nos dias 24 de janeiro de 2020; 21 de fevereiro de 2020; 8 de março de 2020; 18 de março de 2020 em mais uma Greve Geral por uma vida digna.

A LUTA CONTINUA!

## Notas

- 1 <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/mocoes/66214-mocao-de-repudio-a-rede-globo-de-televisao-que-por-meio-de-suas-novelas-manipula-opinioes-e-joga-a-sociedade-brasileira-contra-a-figura-do-a-professor-a>

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos artigos 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº59, de 11 de novembro de 2009.** Dá nova redação ao parágrafo 3º e artigos 76, 214 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Diário Oficial da União, Brasília, 1996b.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009.** Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. *Diário Oficial da União, Brasília, 2009.*

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.005, 23 de junho de 2014.** Institui o Plano Nacional de Educação, com diretrizes, metas e estratégias para os próximos dez anos. *Diário Oficial da União, Brasília, 2014.*

\_\_\_\_\_. **Censo Escolar.** MEC/INEP: Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. **Conferência Nacional: Acordo de Educação para Todos.** Ministério da Educação, Pacto pela Valorização do Magistério e pela Qualidade da Educação, Brasília, 1994.

**CNE. Paulo Freire: Construindo um Movimento Pedagógico Nacional e Latino-Americano.** Texto Final da Conferência Nacional de Educação, Brasília, 2012.

**CNTE. Caderno de Deliberações do XXXIII.** Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Brasília, 2011.

**CNTE. Caderno do Plano Nacional de Educação.** Pp. 1-99, Brasília, agosto de 2014.

**CNTE. 15ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.** Brasília, abril de 2015.

OLIVEIRA, Dalila A. O trabalho docente na América Latina: identidade e profissionalização. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, CNTE, v. 2, n. 2-3, p. 29-39, jan./dez. 2008.

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v.4, n.40, jan/abr – 2009.

VIEIRA, Juçara D. **A CNTE no contexto das lutas do movimento sindical educacional.** Associativismo e sindicalismo docente no Brasil. Rio de Janeiro, 17 e 18 de abril de 2009.